

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: O PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA

Autores: IVY DANIELA MONTEIRO MATOS;

Introdução

Onze mil indivíduos de etnia indígena e cerca de cento e dez mil de remanescentes quilombolas compõem a população do Estado de Minas Gerais. A implantação de políticas públicas torna-se importante para a manutenção desses povos em seus territórios, principalmente a fixação da juventude e o repasse das tradições. Esta pesquisa apresenta um estudo de caso realizado com uma acadêmica beneficiária do Programa Bolsa Permanência, que concede bolsa aos estudantes do ensino superior, de pertencimento indígena e quilombola. Ela é matriculada em uma IES em Minas Gerais e de origem quilombola. A pesquisa propõe ainda uma discussão sobre o acesso ao ensino superior, as políticas públicas de educação, principalmente o Programa Bolsa Permanência do Governo Federal, bem como levantar o debate sociológico sobre os sujeitos das políticas públicas.

Material e métodos

A pesquisa parte de uma consistente revisão bibliográfica acerca de ações afirmativas, políticas públicas, financiamento do ensino superior e sobre o Programa Bolsa Permanência do Governo Federal. A seguir, investigou-se a realidade de uma beneficiária do programa através de entrevista oral semi-estruturada e de uma entrevista escrita. Na primeira, objetivou-se verificar quais as suas vivências na trajetória de escolarização, como a etnia influenciou na manutenção ou evasão escolar, se o programa atende ou não sua demanda pessoal para continuar estudando, se o programa influenciou na sua vivência em comunidade. Na entrevista escrita, objetivou-se traçar um perfil socioeconômico da beneficiária e do seu grupo familiar. A metodologia quali-quantitativa delineou o caráter objetivo, mas também deu suporte ao estudo de caso proposto.

Resultados e discussões

A história de vida dos povos de comunidades quilombolas se pauta pela origem rural, sem acesso aos serviços públicos, membros de famílias de pouca escolaridade, trabalhadores informais, sem cobertura social. Essas comunidades necessitam veementemente de políticas públicas, pois só o título de comunidade remanescente quilombola não fará muito, sem o suporte do Estado. Seu povo geralmente precisa de uma política pública para estudar. Atualmente utiliza as cotas para ingressar no ensino superior e do Programa Bolsa Permanência para se manter lá. As condições familiares não lhe permitiam o repasse do capital cultural necessário para a subversão às condições de classe. Esta situação evidencia como as políticas públicas nem sempre chegam ao destinatário. Sem possuir o capital cultural, não tem condições de compreender que é membro de uma comunidade quilombola, beneficiária de uma política pública de educação e, mais ainda, traçar a meta de ingressar em uma instituição de ensino superior pela política de cotas e requerer a remuneração do Programa Bolsa Permanência. O percurso da entrevistada é muito emblemático para concluir que não é necessária apenas a política pública. Há uma estruturante que relega muitos beneficiários de políticas públicas a excluídos destas mesmas políticas, pelo fato de não possuírem instrumentais básicos de acesso, tais como desenvoltura na comunicação, nível de leitura, compreensão dos processos, acesso aos órgãos gestores destas políticas. Como beneficiária do programa, a entrevistada passou a participar mais da vida da comunidade, a tomar conhecimento da associação comunitária de que faz parte. Sente que a importância de ser membro de uma comunidade remanescente quilombola ganhou mais sentido para ela.

Conclusão

Há um grande caminho a se percorrer para garantir que a educação no Brasil consolide um processo de acesso democrático, garantia de permanência e saída com sucesso. Esse debate se localiza especialmente nas escolas públicas, pois são os pobres os que não têm acesso a uma educação de qualidade. Neste percurso, o Estado necessita enxergar os coletivos desiguais como sujeitos de direito, contrapondo à doxa da exclusão social, criando estratégias que subvertam o *habitus* primário de fato. Para tal, não basta apenas criar políticas públicas. Faz-se igualmente necessário que garantam o acesso a essas políticas, estruturando mecanismos de apoio e suporte àqueles sem o capital cultural necessário para acessar os direitos. As políticas públicas devem ser criadas para populações e sujeitos específicos, não massificando a todos como se as necessidades fossem as mesmas, sob o risco de não atender realmente as demandas dos sujeitos sociais. Nesse sentido, o Programa Bolsa Permanência atinge a uma população específica do país, no entanto, bem expressiva numericamente: os indígenas e remanescentes quilombolas.



Agradecimentos

Ao IFNMG Campus Januária por abrir os registros dos beneficiários do Programa Bolsa Permanência e promover o contato para os diálogos necessários à pesquisa.

Referências bibliográficas

ALVES, Jolinda de Moraes. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. Serviço Social em Revista, Londrina, Paraná, v.5, n.1, jul./dez. 2002.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

HOCHMAN, Gilberto et al (orgs.). Políticas Públicas no Brasil. RJ: Ed. Fiocruz, 2007.

MANUAL DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA. Estabelece orientações e procedimentos para o programa Bolsa Permanência do Governo Federal.

NEVES, Aline do Rocio; JESUS, Diana Moreira; PORTUGAL, Ingrid de Souza Oliveira. Ensino Superior: Reprodução das desigualdades e Justiça Social. In: Colóquio Internacional Educação e Justiça Social, v.1, n.1, 2014, Curitiba: Anais. Curitiba: PUCPR, 2014. P. 42-55.

PALADINO, Mariana. Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.7, Número Especial, 2012. P. 175-195.

SITO, Luanda. Disputas e diálogos em torno do conceito de "ações afirmativas" para o ensino superior no Brasil. Universitas Humanística, Bogotá, n. 77, Jun. 2014

SOUZA, Andreliza Cristina de. As Políticas Afirmativas e a Promoção da Justiça Social: Uma Questão em Debate. In: Colóquio Internacional Educação e Justiça Social, v.1, n.1, 2014, Curitiba: Anais. Curitiba: PUCPR, 2014. P. 72-88.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.